

Para citar este artículo usted debe hacerlo de la siguiente manera:

Macchione Saes, Alexandre y Muller Sasse, Carla, "A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)", en *Anuario CEEED*, N° 4 – Año 4, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2012. pp. 111 - 148.

A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)

Alexandre Macchione Saes
FEA – USP

Carla Muller Sasse
FFLCH - USP

Resumen

O presente artigo trata da trajetória da empresa norte-americana American Foreign and Power (AMFORP) no Brasil. Respondendo ao aumento da participação dos investimentos norte-americanos no mundo pós-Primeira Guerra Mundial, a empresa havia alcançado 11 países da América Latina e Central, além das concessões na Índia e China, adquirindo suas primeiras concessões no Brasil em 1926. O Brasil tornou-se, juntamente com Cuba, o mercado mais importante na composição das receitas do grupo AMFORP, e por isso, adquiriu um papel central na estratégia da empresa. O argumento de nosso artigo é de que os interesses da AMFORP no Brasil se misturavam com os interesses de construção de uma área de influência dos Estados Unidos na América Latina, de maneira que a trajetória da empresa foi sempre pautada por relações diplomáticas, desde sua chegada até sua encampação na década de 1960.

Palabras clave

AMFORP, energia elétrica, Brasil

Abstract

This paper deals with the trajectory of the American and Foreign Power (AFP), a U.S. company in Brazil. As a response to the rise of U.S. direct investments abroad in the post-World War I world, in addition to its concessions in India and China, the company reached eleven countries in Central and Latin America. Its first concessions in Brazil were established in 1926. Brazil, along with Cuba, became the most important market and source of revenues for the AMFORP group, and therefore acquired a central role in the company's strategy. The main argument of our paper is that the vested interests of AMFORP in Brazil were associated with the interests of building an area of U.S. influence in Latin America, such that since the arrival of the company in Brazil and until its takeover in the 1960s, its trajectory was always guided by political and diplomatic considerations.

Keywords

American and foreign power, electric power supply, Brazil

1. A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)

A introdução da energia elétrica no Brasil foi concomitante com aquela ocorrida em países da Europa e nos Estados Unidos. Contudo, sem que o país contasse com o controle do processo tecnológico e de volumosos recursos para investimentos no setor, foi somente com a introdução das empresas estrangeiras que a energia elétrica teve oportunidade de expandir sua área de atendimento. Ao longo da década de 1920 o setor elétrico brasileiro tomava contornos que seriam mantidos nas décadas seguintes: enquanto empresários nacionais e companhias municipais assumiam pequenas e rudimentares concessões, dois grupos

estrangeiros estavam estabelecidos nos mais populosos e economicamente relevantes centros urbanos do Brasil.¹

Assim, a história da urbanização e industrialização do Brasil, no limite, refletiu as trajetórias e disputas destes grupos estrangeiros no mercado elétrico brasileiro: de um lado, a empresa canadense The Brazilian Traction, Light & Power Co. (Light) – atuante nos dois mais populosos e economicamente relevantes mercados brasileiros, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo – e de outro a norte-americana American Foreign & Power Co. (AMFORP) – gestora de dez subsidiárias atuantes em capitais regionais e no interior dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Juntas, Light e AMFORP, representavam cerca de 70% da geração de energia no país em 1930.²

A falta de legislação federal, ao longo das três primeiras décadas do século XX, teria permitido que essas empresas tivessem ampla autonomia em suas concessões, profunda participação dentro dos meios políticos e elevados ganhos financeiros.³ Tamanho poder destes grupos estrangeiros impulsionaria a formação de violentos debates em torno do setor elétrico. Já nos anos de 1930, enquanto nacionalistas questionavam a participação das empresas estrangeiras neste setor estratégico, ou simplesmente a ineficiência do serviço prestado, os defensores das empresas, chamados naquele período de privatistas, afirmavam que a redução dos investimentos era resultado de uma legislação punitiva criada com o Código de Águas, que ao reduzir as rendas das companhias, impedia novos investimentos no setor.

¹ Martin, Jean-Marie. *Processus d'Industrialisation et développement énergétique du Brésil*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1966.

² Szmrecsányi, Tamás. “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil – 1899-1939”. *Revista de Economia Política*, v. 6, n.1, jan-abr 1986, p.132-135.

³ Para as receitas da Light no Brasil: Armstrong, Christopher and Nelles, Henry V. *Southern Exposure: Canadian Promoters in Latin America and the Caribbean, 1890-1930*. Toronto: University of Toronto, 1988. Para a rudimentar legislação no período de Primeira República (1889-1930): Saes, Alexandre. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.

O presente artigo versa sobre a trajetória da AMFORP na economia brasileira. A companhia norte-americana que chegou ao Brasil ainda na década de 1920, passaria por densos embates sobre sua atuação no país na passagem da década de 1950 para 1960. Personificada como representante dos interesses norte-americanos e acusada não somente de espoliadora dos recursos nacionais como também de negligente frente aos serviços prestados, seria alvo de denúncias e processos, que culminariam em 1959, com a encampação de sua subsidiária no Rio Grande do Sul. A encampação, por seu turno, marca um período muito significativo de transformações no setor elétrico brasileiro. Seguindo as mudanças do cenário internacional, o país aceleraria seu projeto de nacionalização (domesticação)⁴ do setor elétrico, ilustrado na virada do papel do estado no fornecimento de energia. Dos meros 6,8% de participação em 1952, o Estado (empresas estaduais e o governo federal) tornar-se-ia responsável por 54,6% da capacidade instalada em 1965.

Acreditamos, portanto, que recuperar a história da AMFORP no Brasil é compreender não somente os desafios do desenvolvimento do setor elétrico típicos das experiências latino-americanas, mas especialmente, compreender as relações econômicas do Brasil com as economias internacionais, que certamente transcendem o aspecto puramente econômico ou da racionalidade dos interesses da empresa. O artigo pretende argumentar que os interesses da AMFORP se mesclavam aos interesses políticos norte-americanos e, por isso, ao longo dos quarenta anos de concessão da empresa no Brasil, pode-se identificar que as negociações da AMFORP se deslocam dos aspectos técnicos do setor elétrico para adentrar em nebulosos debates diplomáticos.

2. Preâmbulo: a chegada e consolidação da AMFORP no Brasil

⁴ Domesticação como a personificação da crescente saída das multinacionais do setor elétrico no período do pós-guerra. Para o assunto, cf.: Hausman, W., Hertner, P. & Wilkins, M. *Global electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of Light and Power, 1878-2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.233.

A American & Foreign Power Company Inc. foi formada em 1923, como subsidiária de uma *holding* norte-americana, controlada pela Electric Bond & Share (1905), responsável por concessões de serviços públicos nos EUA. As duas empresas – prestadoras de serviços públicos de geração, distribuição de energia elétrica, luz e transporte público –, estavam vinculadas à indústria de equipamentos elétricos General Electric. Em suma, suas funções prioritárias eram, como os próprios relatórios da empresa afirmam, garantir mercados consumidores para os equipamentos elétricos produzidos.⁵ Assim, desde 1915, a Bond & Share buscava ampliar seu mercado de atuação, com investimentos para América Latina e Caribe, consolidando um desejo de alcançar novas áreas de atendimento. Mas também este era um designo do governo norte-americano, acreditando que por meio do investimento de suas multinacionais poderia “manter um melhor entendimento entre os Estados Unidos e as repúblicas Latino Americanas”.⁶

Era a sedimentação da construção de uma área de influência norte-americana por meio da “diplomacia do dólar”,⁷ como ficou concretizado

⁵ Hausman, William & Neufeld, John. “The rise and fall of the American & Foreign Power Company: a lesson from the past?” *The electricity journal*. V.10, Nº1, 1997, p.48 e AMFORP. *The Foreign Power system. A review of foreign power's role in the development of Modern Utility services lands*. New York: AMFORP, 1953, p.10.

⁶ AMFORP, 1953, p.7.

⁷ Para alguns textos sobre a “diplomacia do dólar”, cf.: e Feis, H. *The diplomacy of the dollar: 1919-1932*. New York: W. W. Norton, 1966; Nearing, J. & Freeman, S. *Dollar diplomacy*. New York: Monthly Review, 1966; Frieden, J. “Sectoral conflict and US foreign economic policy, 1914-1940”. Lake et alli. *The State and American foreign economic policy*. London: Cornell University Press, 1988; Pletcher, D. *The Diplomacy of Trade and Investment: American Economic Expansion in the Hemisphere, 1865-1900*. Columbia: University of Missouri Press, 1998; Rosenberg, E. *Financial missionaries to the world: the politics and culture of dollar diplomacy, 1900-1930*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999; Veaser, C. “Inventing Dollar Diplomacy: The gilded-age origins of the Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine”. *Diplomatic History*, v. 27(3), jun. 2003.

tal projeto pelas palavras do Presidente William Taft (1909-1913): substituição tanto das canhoneiras e balas por dólares como dos *marines* por bancos. Uma política externa agressiva, política de crescente participação dos interesses econômicos dos EUA na América. Política que não negava o uso da força, como nas intervenções em países do Caribe e América Central, mas cuja atuação seguia a trajetória do controle financeiro destes países, por meio da crescente exportação de capital e negócios, atestando a ascensão dos interesses de Wall Street. A década de 1920 reforçava esse fortalecimento da nova política norte-americana, ao dobrar o volume de investimentos diretos no exterior, como é possível observar abaixo:

Tabela 1. Investimento Direto Estrangeiros Norte-Americano, 1919-1929.

	IDE 1919 (\$ milhões)	IDE 1924 (\$ milhões)	IDE 1929 (\$ milhões)
Serviços Públicos	138	224	1.025
Manufaturas	795	1.252	1.821
Produção/Distribuição de Petróleo	604	967	1.341
Organizações de compra e venda	255	314	378
Bancos	125	125	125
Minério	876	967	1.227
Agricultura	587	918	986
Ferrovias	297	347	309
Total	3.880	5.389	7.553

Fonte: Hausman & Neufeld, 1997, p.47.

Dentre os setores que assumiram porções elevadas de investimentos na década de 1920, estaria o setor elétrico: com apoio do governo dos EUA, a AMFORP logo se tornaria a principal empresa do

país e, em pouco tempo do mundo, atuante no setor.⁸ Antes mesmo de 1923, ainda como protótipo do que seria a AMFORP, a Bond & Share lançou investimentos para Panamá, Guatemala e Cuba, região bastante próxima, tanto político como economicamente, dos interesses norte-americanos.⁹ Possivelmente eram regiões mais seguras para os investimentos, mas que, com sucesso destas operações, gerariam a confiança necessária para que os empresários decidissem avançar os investimentos para novos mercados na segunda metade da década de 1920. A empresa considerava os anos de 1920 um momento propício para a expansão dos investimentos na América Latina e Caribe, pois, mesmo que a grande maioria destes países fosse ainda dependente da exportação de commodities, vivia-se um período de crescimento econômico, industrial e da população: a energia elétrica local era limitada e a demanda vivia rápida expansão.¹⁰

Assim, entre estes primeiros investimentos no exterior, datados de 1917, e o fim da política de expansão para novos mercados em 1929, a AMFORP passou a atuar em 11 países da América Latina e Central, além de concessões na Índia e China (Tabela 2). Seguiu, desta forma, os exemplos de outras empresas do setor elétrico (como as alemãs Siemens e AEG e a norte-americana Westinghouse): o controle de serviços elétricos

⁸ Em ativos investidos no exterior, a AMFORP era a maior empresa de serviços públicos no mundo, em 1937, com 534 milhões de dólares. A canadense Brazilian Traction, Light and Power (Light) vinha em segundo lugar com 425 milhões, a Belga Sofina em terceiro com 398 milhões e a também Belga, Electobel, em quarta posição, com 217 milhões de dólares em ativos. Hausman, W., Hertner, P. & Wilkins, M. *Global electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of Light and Power, 1878-2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.218.

⁹ Cuba era parte do protetorado norte-americano desde 1898, depois da vitória na guerra contra a Espanha e canal do Panamá estava sobre controle dos EUA desde 1903. Bastos, Pedro Paulo. "Da Diplomacia do Dólar à Boa Vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933)". *ANPEC*, 2011.

¹⁰ AMFORP, 1953, p.14.

em mercados periféricos tornou-se uma estratégia decisiva para o crescimento da produção de máquinas e equipamentos elétricos.¹¹

Tabela 2. Aquisições da AMFORP na América Latina (1917-1929) e características dos mercados atendidos em 1929

Países	Início da operação	População atendida em 1929 (mil hab)	Cidades atendidas em 1929
Panamá	1917	138	4
Guatemala	1919	182	11
Cuba	1922	1.478	175
Equador	1923	130	2
Brasil	1927	3.785	260
Colômbia	1927	365	13
Venezuela	1927	127	3
México	1928	1.278	108
Chile	1928	936	30
Costa Rica	1928	159	35
Argentina	1929	1.906	130
Total	-	10.484	754

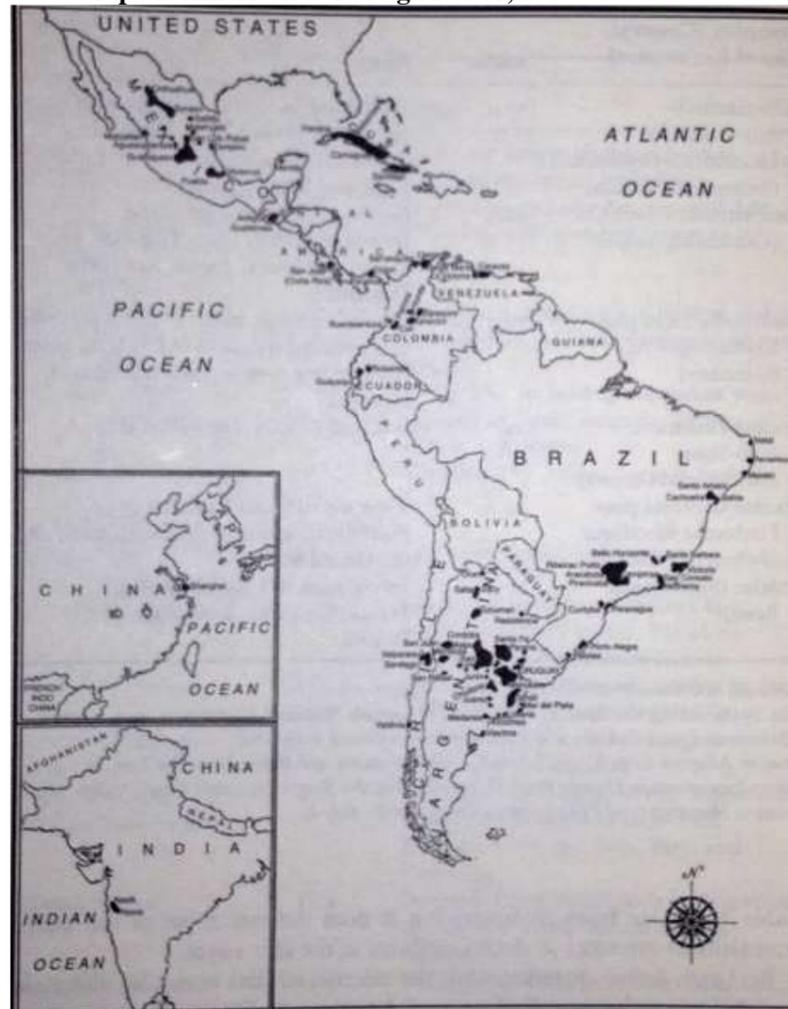
Fonte: AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1929*. New York: AMFORP, 1930, p.19-22 & AMFORP, 1953, p.10.

Como é perceptível verificar, já em 1929, passados dois anos da aquisição das primeiras concessões no Brasil, este já se tornava o mais populoso mercado atendido na América Latina: eram quase 3,8 milhões de habitantes, para quase 2 milhões na Argentina e outros 1,5 milhão em Cuba (Mapa 1). O Brasil também se destacava pelo número de cidades atendidas: 260 em 1929. Essa seria uma das importantes características da atuação da empresa no Brasil, conectando mercados “secundários” – ora com capitais das regiões Sul e Nordeste, ora com importantes cidades do

¹¹ Broder, A. “Os bancos e o desenvolvimento da indústria de energia elétrica”. *Anais do 1.º Seminário Nacional de História e Energia*. Vol. 2. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986, p.87.

interior – enquanto a canadense Light, por sua vez, mantinha o controle das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mapa 1. American & Foreign Power, 1939



Fonte: Hausman, et alli, p.220.

Portanto, mesmo não controlando as duas maiores cidades brasileiras, não resta dúvida de que a AMFORP detinha um papel significativo no mercado brasileiro e, este mercado, por outro lado, nas rendas da empresa norte-americana. O mercado brasileiro representava próximo de 20% receitas da AMFORP, dividindo a primeira posição com Cuba durante o período entre as décadas de 1930-1950.¹²

Os primeiros negócios da AMFORP no Brasil tiveram início em 1927. No Estado de São Paulo, por exemplo – maior mercado da empresa – 20 companhias de energia elétrica haviam sido adquiridas em poucos anos, entre elas a importante Companhia Paulista de Força e Luz (que formada em 1912 era também resultado da fusão de outras pequenas empresas municipais).¹³ Como estratégia da AMFORP, houve a tendência de reunir concessões em localidades próximas para a interligação de seus sistemas. Com essa política, entre 1927 e 1939, a empresa ampliou o atendimento de 78 para 309 cidades. Neste contexto foram formadas duas empresas, a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) – preliminarmente chamada de Empresas Elétricas Brasileiras – e a Companhia Brasileira de Força Elétrica. Eram responsáveis por subsidiárias distribuídas por todo o país: Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil (Recife), The Pernambuco Tramways e Power Co. Ltd. (Recife), Cia. Energia Elétrica da Bahia (Salvador), Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (Vitória), Cia. Força e Luz de Minas Gerais (Belo Horizonte), Cia. Brasileira de Energia Elétrica (Niterói), Cia. Paulista de Força e Luz (São

¹² Ferreira, Ângela; da Silva, Alexandro; Simonini, Yuri. “Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939)”. *Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia, Janeiro de 2012, p. 4 e 17.

http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal_Osdonos.pdf

¹³ Para a Cia. Paulista de Força e Luz, cf.: Lorenzo, Helena. *Eletrificação, urbanização e crescimento no estado de São Paulo, 1880-1940*. Rio Claro: UNESP – Tese de Doutorado, 1994.

Paulo), Cia. Força e Luz do Paraná (Curitiba), Cia. Energia Elétrica Rio Grandense (Porto Alegre), The Rio Grandense Light and Power Synd. Ltd. (Pelotas).¹⁴

A verdade é que a empresa chegou ao país num momento duplamente negativo para seus negócios: se de um lado teria que lidar com uma das maiores crises da economia mundial iniciada em 1929, de outro lado, anos mais tarde, com a promulgação do Código de Águas (1934), teria que responder à primeira legislação federal do setor elétrico.¹⁵ Consequentemente, a rentabilidade dos negócios sofria também dupla pressão: de um lado, a desvalorização da moeda brasileira, resultado da depressão internacional, reduzia os ganhos em moeda estrangeira e, de outro lado, novas leis limitam a defesa dos preços das empresas, como o fim do direito de cobrar parte das tarifas em ouro (que minoravam os efeitos das desvalorizações e o custo de operação dependente de máquinas e insumos importados)¹⁶ e a determinação de um lucro anual máximo.

Entretanto, apesar de um cenário menos positivo quanto à rentabilidade dos negócios, o consumo de energia brasileiro não arrefeceria. Muito pelo contrário. A crise internacional e a redução do comércio exterior permitiam que as economias periféricas intensificassem suas industrializações.¹⁷ Correlatamente, o crescimento da população e das

¹⁴ Cachapuz, Paulo Brandi de Barros. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006, p.83-90.

¹⁵ Para o Código de Águas, cf: Lima, José Luiz. *Estado e energia elétrica no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1984, Branco, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

¹⁶ AMFORP, 1953; Hausman, William J, Hertner, Peter & Wilkins, Mira, *Global electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of Light and Power, 1878-2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 211.

¹⁷ Para o processo de substituição de importações no Brasil, cf.: Abreu, Marcelo de Paiva et alli. "Import Substitution and Growth in Brazil, 1870-1970", *Workshop on Import-Substituting Industrialization in Latin America*. Oxford, mimeo, 1996; Suzigan, Wilson. *Indústria brasileira*. Origem e desenvolvimento. Anuario - Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo / 121

idades ampliava o consumo de energia para fins urbanos. Segundo relatório da AMFORP, considerando suas áreas de atuação e o número de consumidores, a demanda de energia teria crescido respectivamente 18 e 25 por cento entre 1930-35, isto é, no auge da depressão.¹⁸

Este seria o impasse fundamental do setor elétrico para as décadas seguintes: enquanto a demanda de energia se expandia por conta das transformações da economia brasileira, as duas empresas concessionárias estrangeiras alegariam que o atendimento da energia seria prejudicado por conta de uma legislação proibitiva para novos investimentos. Segundo seus empresários, o Código de Águas teria provocado um efeito negativo nas rendas da AMFORP e da Light impedindo investimentos para ampliação da geração de energia. Conforme memorando lançado pela AMFORP para o governo federal, suas tarifas estavam subvalorizadas. Originalmente, o contrato estabelecido com a AMFORP em 1926 previa a utilização da cláusula-ouro – permitindo reajustes de tarifa de acordo com a variação cambial. Em 1933 esse acordo foi abolido por lei federal, sem que novos métodos de reajuste de tarifas tivessem sido criados. Ademais, no ano seguinte, a exclusão da cláusula-ouro foi consolidada com o Código de Águas, que também definia o máximo de 10% de retorno aos negócios das companhias concessionárias, baseando tais cálculos no chamado custo histórico de seus investimentos – num cenário inflacionário.¹⁹

A nova regulação ainda deixava em aberto muitas questões, como por exemplo, qual seria o critério para determinar o custo histórico e o reajuste de tarifas. Neste sentido, a década de 1930 marcava, assim, a crescente participação do governo no setor elétrico, não somente por conta da primeira Legislação de 1934, mas também pela formação, em 1939, do

São Paulo: Hucitec, 2000; Tavares, Maria Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

¹⁸ AMFORP, 1953, p.16.

¹⁹ Na década de 1960, a empresa afirmava que os ganhos obtidos com energia elétrica cresceram seis vezes desde 1930; enquanto isso, o custo de vida, no mesmo período (1930-62), cresceu 34 vezes. Memorandum of the Empresas Eléctricas Group of Public Utility Properties, Draft, 10.02.1961. CPDOC. RC e/ag 61.02.10 I-1, p.10-12.

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE.²⁰ Este seria o órgão responsável por determinar as tarifas, as concessões e toda a relação entre governo e concessionárias do setor elétrico. Seria esta instituição também que, anos mais tarde, apoiaria a aprovação do imposto federal sobre o consumo de eletricidade (1944), nos marcos de construção de um Plano Nacional de Eletrificação. No cenário das restrições financeiras da Segunda Guerra Mundial, o governo movimentava-se para atender às crescentes demandas de energia elétrica: o cenário conflituoso entre estado e capital estrangeiro no setor estava aberto.

3. Pós-Guerra e domesticação do setor elétrico

O período de pós-Segunda Guerra radicalizou o conflito entre oferta e demanda de energia elétrica no Brasil: a aceleração dos processos de urbanização e industrialização não era acompanhada pelos investimentos na geração de energia elétrica.²¹ O cenário de conflito se materializava, de um lado, pela necessidade do governo garantir o desenvolvimento da infraestrutura que serviria de base para o processo de substituição de importações e, de outro lado, pelo menor interesse das companhias estrangeiras (Light e AMFORP) de sustentar investimentos por conta da legislação cambial, da lei de remessas de lucros e das incertezas das políticas dos governantes brasileiros. Foi nesse contexto que surgiram em todo o país as empresas estatais regionais que atenderiam a demanda crescente de energia. Empresas estas como a CEMIG em Minas Gerais, CEEE no Rio Grande do Sul, EFEE no Rio de Janeiro, e CESP em São Paulo – além da CHESF, formada pelo governo federal, para atender o Nordeste.

²⁰ Para o assunto, cf.: Corrêa, Maria Leticia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. Niterói: Tese de Doutorado – UFF, 2003.

²¹ Segundo Catullo Branco, no período da Segunda Guerra Mundial, enquanto o consumo anual de energia teria crescido 179%, o crescimento da capacidade instalada não teria alcançado os 20%. Branco, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p.74.

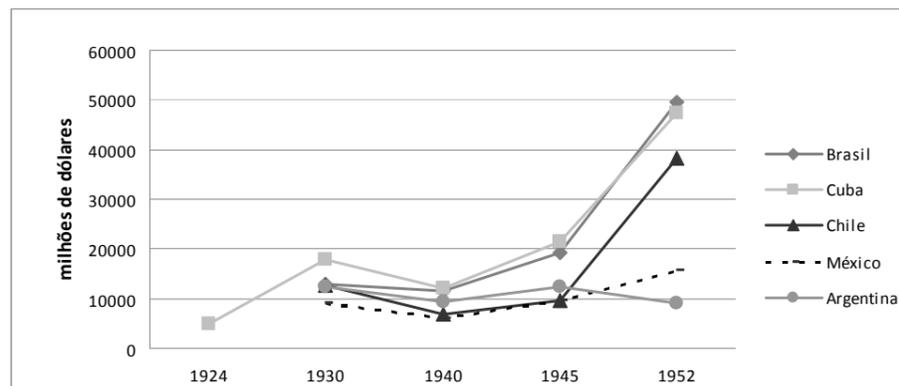
Evidentemente, não passava despercebido para os empresários da AMFORP, apesar de uma regulação federal mais dura contra as empresas do setor, que este ainda poderia ser um momento favorável aos investimentos em energia elétrica. O desenvolvimento da América Latina abria oportunidades de ganhos crescentes para os norte-americanos devido ao expressivo aumento da demanda por energia. Conforme relatório da empresa: “Estimulados pela espetacular taxa de crescimento populacional e com a determinação de continuar o rápido progresso em direção a padrões de vida mais elevados, os países da América Latina estão acelerando o ritmo de sua industrialização e criando demandas cada vez maiores para o setor elétrico”.²²

Em um contexto de emergência da Guerra Fria, ainda que a preocupação norte-americana fosse a reconstrução européia e japonesa, a manutenção de uma área de influência era importante para o país. Neste sentido, as grandes instituições criadas naquele período teriam que suprir a demanda local, como por exemplo, por meio de investimentos do BIRD e Eximbank.

Seguindo as diretrizes da matriz, as subsidiárias da AMFORP buscariam, em certa medida, avançar na geração de energia para atender essa crescente exigência da economia: logo após a 2ª Guerra Mundial, a Caeeb construiu 370.180 kW de capacidade elétrica nova, além de ter modernizado parte de seus equipamentos. Esse programa de expansão custou US\$ 213 milhões no período 1946-50, momento de construção da Planta Hidroelétrica de Peixoto (200.000 kW). Mas nem por isso os ganhos da empresa sofreriam retrocesso com tamanhos investimentos. O Brasil mantinha-se como um mercado central para a empresa e com expressivo aumento das receitas nos anos de pós guerra (Gráfico 1).

Gráfico 1. Receitas das operações da AMFORP (1924-1952) – países selecionados

²² AMFORP, 1955, p 5.



Fonte: AMFORP, 1953, 20.

É preciso destacar que a empresa, ainda durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) e juntamente com a canadense LIGHT, receberia somas de empréstimo do BIRD e Eximbank maiores do que qualquer outro setor da economia brasileira. Nas palavras de Bastos: “No que tange às relações entre o Brasil e o Banco Mundial, a Light não foi só a primeira destinatária de um empréstimo para o Brasil, também em 1949, como obteve nada menos que 56% do valor total de todos os empréstimos feitos pelo Banco no país até 1958. Além dos empréstimos liberados pelo Banco Mundial para a AMFORP em 1950 (US\$ 15 milhões), para a LIGHT em 1949 (US\$ 75 milhões) e em 1951 (US\$ 15 milhões), o mais significativo dispêndio aprovado e liberado a partir dos trabalhos da Comissão Mista foi, de longe, o empréstimo conferido à AMFORP pelo Eximbank (US\$ 41,1 milhões); somando um novo empréstimo conferido à LIGHT pelo Banco Mundial em 1954 (US\$ 18,8 milhões), cerca de um terço (US\$ 60 milhões) do total de recursos liberado pelos bancos (US\$186 milhões) dentre os 41 projetos (ou US\$ 387 milhões) aprovados pela CMBEU (Comissão Mista Brasil – EUA) destinou-se a apoiar a

expansão das duas grandes filiais estrangeiras no setor de energia elétrica”.²³

Desta forma, os acordos diplomáticos e financeiros entre Brasil e Estados Unidos no período inseriam a questão das concessionárias do setor elétrico como ponto central. Essa prioridade dada ao apoio financeiro às empresas elétricas norte-americanas no Brasil ampliava o questionamento de políticos e grupos nacionalistas se tais recursos estavam sendo empregados efetivamente para a expansão da geração de energia elétrica ou para o financiamento das rendas das empresas.²⁴ Afinal, o cenário de racionamento de energia típico do período da Segunda Guerra Mundial não havia sido totalmente afastado. Em sua defesa, a AMFORP apresentava em seu relatório uma clara preocupação com relação ao índice do custo de vida médio em relação ao índice da receita média por KWH. Enquanto o custo de vida teria subido no índice de 100 para 900 entre os anos de 1939 e 1955, a receita média teria crescido de 100 para pouco mais do que 200.²⁵

Para os empresários, neste sentido, o processo inflacionário vinha corroendo a renda da empresa, e esta pressionava o governo para que tomasse atitudes. O interesse da empresa dialogava diretamente com as decisões das esferas políticas locais, visto que, a necessidade de atração de investimentos estrangeiros para o setor dependia, em grande medida, da vontade de intervenção política na legislação vigente. De acordo com o

²³ Bastos, Pedro Paulo. “Sobre o nacionalismo do segundo governo Vargas: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica”. *XI Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória, 2006.

²⁴ Cf. Branco, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. Prefácio Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975; Maranhão, Ricardo F. de A. *Capital estrangeiro e estado na eletrificação brasileira: A Light, 1945-1957*. (Tese de Doutorado)- USP/FFLCH, São Paulo, 1993; Lima, José Luiz. *Política de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995; Silva, Marcelo Squinca da. *Energia Elétrica. Estatização e desenvolvimento, 1956-1967*. São Paulo: Alameda, 2011.

²⁵ AMFORP, 1955.

relatório da companhia de 1955, o presidente Juscelino Kubistchek já manifestava intenções de alterar o Código de Aguas de 1934.²⁶ Mais uma vez, ficava evidente a sensibilidade da empresa com relação às políticas econômicas e à política externa do Brasil. A mesma discussão da década anterior seguia: a demanda do país continuava crescendo mais do que os investimentos, “era necessário racionamento de energia em algumas áreas servidas pela companhia.”²⁷

Os executivos das empresas estrangeiras aqui instaladas acompanhavam as decisões de ordem econômica e política nacional. Esse acompanhamento ficava evidente na apresentação dos dados e resultados da empresa em seus relatórios acionários anuais. Conforme o presidente da companhia em 1956: “(...) governos do Brasil, Chile e México iniciaram programas e legislações destinadas a colocar a indústria de energia elétrica em uma sólida base econômica de modo que possam atrair a grande quantidade de capital necessária para a sua expansão e para atender a crescente demanda por energia elétrica nesses países em desenvolvimento rápido e progressivo. Os grandes projetos de despesa com construções são contingenciados à implementação desses programas.”²⁸

As observações da AMFORP sobre o Brasil estavam relacionadas ao Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubistchek: “a política econômica implícita no plano contemplava quatro pontos básicos: 1) tratamento preferencial para o capital estrangeiro; 2) o financiamento dos gastos públicos e privados através da expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário, respectivamente, tendo como consequência fortes pressões inflacionárias; 3) a ampliação da participação do setor público na formação de capital; 4) o estímulo à iniciativa

²⁶ Segundo a empresa: “O impedimento mais sério para os lucros no Brasil tem sido a restrição das empresas de energia elétrica à taxa de retorno baseada no custo histórico de seus ativos, expressos em moeda local. A situação está sendo remediada por uma lei que autoriza as empresas de energia elétrica a rerepresentar suas contas de modo a estabelecer taxas base mais próximas do valor real”. AMFORP, 1959, p. 5.

²⁷ AMFORP, 1955, p.20.

²⁸ AMFORP, 1956, p.3.

privada.”²⁹ O Plano de Metas previa investimentos em 5 áreas distintas: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, sendo 71,3% dos seus recursos direcionados para os setores de infraestrutura estratégicos para o desenvolvimento urbano e industrial do Brasil. O setor de energia detinha separadamente 42,4% dos recursos.³⁰

Era neste cenário que, em 1956, o grupo norte-americano apresentou novo projeto de expansão de geração elétrica, que custariam outros US\$ 250 milhões.³¹ Este novo plano quinquenal, se valendo de uma legislação favorável das companhias estrangeiras,³² tinha previsão de aumento de 421.500 kW de potência instalada até 1962 (uma nova tentativa de duplicação da energia existente). A empresa ainda estava confiante na atuação do mercado brasileiro, bastante representativo entre suas outras subsidiárias (Anexo I). Considerando este plano de 1956, os investimentos voltados ao Brasil chegavam aos 38,8% de todo investimento da empresa em suas subsidiárias. Este percentual cairia nos

²⁹ Lessa, Carlos. *15 anos de Política Econômica*. São Paulo. Brasiliense. 1981.

³⁰ Orenstein, Luiz e Sochaczewski, Antônio Cláudio. “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”. In: Abreu, Marcelo de Paiva. (org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus. 1989 p.179

³¹ A intenção era criar um plano quinquenal que previa ampliar 250.000 kW para os 290.000 kW já existentes. Em suma, quase duplicar a capacidade de fornecimento de energia da empresa. O Eximbank foi responsável pelo crédito de cerca de 40 milhões de dólares para a compra de equipamentos estrangeiros. O plano não foi integralmente cumprido, segundo a empresa pelo não comprometimento do BNDE, e foram instalados 156.900 kW. MEMORIA DA ELETRICIDADE. *Panorama do setor elétrico de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006, p.238-242.

³² O presidente Juscelino Kubitschek herdara da gestão anterior, do presidente Café Filho (1954-55), uma legislação cambial favorável aos investimentos estrangeiros, cujas empresas estrangeiras podiam importar equipamentos sem cobertura cambial. É neste sentido que os primeiros anos do governo JK são de grande participação das empresas estrangeiras no desenvolvimento econômico. Orenstein, Luiz e Sochaczewski, Antonio C., “Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961”. Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

dois anos seguintes, para 17,4% e 14,6%, mas ainda numa fase de expansão dos investimentos para a região, conforme é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 3. Gastos nas construções da AMFORP (com as subsidiárias) – milhões de US\$

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Gastos	55,9	60,3	88,2	86,2	58,8	24,9	27,8	26	27,4

Fonte: Relatórios AMFORP (1955-63).

Em 1957, ainda que fossem previstos cerca de 50% dos investimentos com recursos das matrizes, Eximbank contribuiria com outros 14% e governos locais com 9%.³³ No Brasil, todavia, AMFORP se responsabilizaria pela mesma metade dos custos desse grande programa de expansão da capacidade instalada, enquanto Eximbank e BNDE deveriam auxiliar com a outra metade. Era parte da estratégia da empresa, que buscava em suas subsidiárias recorrer aos empréstimos dos governos locais e norte-americanos para compor seus programas de expansão dos serviços. No Brasil, a queda dos gastos da AMFORP (e mesmo da Light) para elevação da geração de energia elétrica, impôs a necessidade do governo (via BNDE e o imposto de consumo de energia elétrica) o papel central de acréscimo da capacidade instalada.³⁴

Em 1964 a potência gerada pelo grupo alcançaria os 530.000 kW, enquanto a previsão de seus projetos iniciais era de 845.000 kW. A falta de energia gerada pela empresa novamente ficava em evidência, enquanto crescia a participação de energia distribuída por suas subsidiárias geradas pelo governo: em 1962, 72% da energia vendida pelas subsidiárias foram por elas mesmas geradas, e os outros 28% tinham sido adquiridos de

³³ A matriz e a venda de títulos foram as outras fontes de recursos da empresa. AMFORP, 1957.

³⁴ Se nos anos de 1955 e 1956 o BNDE teria respondido apenas por 6,3% e 13,4% do financiamento de novas fontes de energia, entre 1957-62, o Banco de Desenvolvimento responderia por quase 60% dos investimentos. BNDE. *Programa de Reparcelamento Econômico*. Relatório setorial 14, 1963.

terceiros.³⁵ Na época acertaram-se empréstimos com o BNDE e com o EXIMBANK, mas, segundo a empresa, o BNDE não teria assumido sua parte. A empresa foi capaz apenas de construir duas novas unidades hidroelétricas: na Usina Peixoto e na de São Gonçalo. O projeto de US\$ 250 milhões acabou, nesse sentido, não sendo plenamente concretizado.³⁶

Ainda assim, na segunda metade da década de 1950 a AMFORP mantinha-se com a segunda maior empresa do país. Dados do relatório anual de 1957 apresentavam a posição da AMFORP no mercado de energia elétrica nacional: era responsável por 11% de toda a capacidade instalada enquanto comercializava 15% da energia do país. Segundo os empresários este era o período de *turning point* da trajetória da empresa no país. Os aumentos observados na renda da empresa, no entanto, eram consumidos pelos aumentos nos gastos com despesas em geral.³⁷ Os resultados da subsidiária brasileira estavam aquém do esperado e as causas reconhecidas pela AMFORP estavam relacionadas com a legislação vigente e com a desvalorização da moeda. O perfil do setor demandava altos investimentos de capital – a serem recuperados no médio-longo prazo – o que contrastava com as dificuldades de crédito devido à baixa poupança e à falta de tradição nacional em investimentos de risco devido a um mercado financeiro ainda imaturo. Um dos principais desafios da região para manutenção de seu crescimento era atrair investimentos internos e externos para o setor.³⁸

O panorama demonstrava a sutileza das relações de dependência entre governos locais e recursos estrangeiros. A AMFORP se apresentava

³⁵ A compra das subsidiárias da AMFORP. Análise de um libelo fundado na mentira, na mistificação e na má-fé, s/ autor, junho de 1963. CPDCO, RC e/ag 61.02.10 I – 14.

³⁶ Memorandum of the Empresas Eléctricas Group of Public Utility Properties, Draft, 10.02.1961, p.2-9. CPDOC. RC e/ag 61.02.10 I-1

³⁷ AMFORP, 1957 p. 27.

³⁸ A empresa chega a sugerir a tentativa de buscar apoio no mercado de capitais do Brasil. AMFORP, 1957 p. 3 e 4.

motivada a participar do crescimento econômico da América Latina, no entanto, em seu discurso deixava em evidência a preocupação em garantir condições favoráveis de rentabilidade para negócios futuros. Em 1958, todavia, o jogo não estava perdido. Para os empresários, seguindo uma leitura do governo norte-americano e buscando motivar os acionistas da empresa, a visão era de que a região seguia estratégica como área de influência e investimentos. Segundo o presidente da AMFORP em seu relatório anual: “Gostaria de chamar a atenção, entretanto, para algumas melhoras significativas na área das relações interamericanas, que indicam um aumento da consciência da importância das repúblicas latino-americanas para nossa segurança e bem-estar nacional”.³⁹

Ainda no ano de 1958 o congresso brasileiro aprovou novo projeto que iria facilitar as operações das empresas estrangeiras de energia elétrica no país. Contudo, começavam a aparecer indícios, no Rio Grande do Sul, de movimentações de cunho nacionalista visando encampar as empresas de energia elétrica estrangeiras lá instaladas. Paralelamente a esses movimentos, a situação da economia permanecia sensível, gerando menores remessas de lucros da subsidiária brasileira, principalmente por conta da desvalorização da moeda. Entretanto, a empresa estava autorizada, embora sem a regulamentação necessária, a recuperar os custos pelo aumento das taxas de serviços; sem efeito, pois em 1959 os relatórios apontavam novas quedas de rentabilidade. A empresa venderia seus ativos no México o que favoreceria o equilíbrio da situação.

No Brasil, a situação da encampação da empresa pelo governo permanecia sem solução.⁴⁰ As perdas da empresa no país eram constantes e progressivas, uma vez que a lei aprovada no congresso em 1958 ainda não havia sido regulamentada, e a AMFORP não podia reavaliar o custo histórico e atualizar suas tarifas. Ainda em 1959, ocorreu a expropriação da concessionária do Rio Grande do Sul, o valor da operação não foi definido e a situação dependeria de julgamento legal, fato que sensibilizou muito as relações internacionais afetando diretamente as possibilidades de fluxos de capitais diretos ou indiretos. A relação do Brasil com a economia

³⁹ AMFORP, 1958 p. 7

⁴⁰ AMFORP, 1959.p. 3

internacional, que teria começado bastante próxima nos primeiros anos do governo JK, se estremeceria em 1959: com o crescente endividamento externo, o país não conseguiria cumprir com suas obrigações, declarando moratória – saindo, portanto, do circuito financeiro internacional. As incertezas cresciam para o lado da AMFORP naquele contexto.

4. A encampação da AMFORP no Brasil

Em 13 de maio de 1959, apesar de manter seus serviços em regularidade em quase todo o país, o governo gaúcho expropriou a Cia. Energia Elétrica Rio Grandense, que pertencia ao Grupo norte-americano. A contenda da AMFORP era resultado de uma posição nacionalista do governador do Estado do Rio Grande Sul que questionando os serviços da empresa norte-americana encampou a subsidiária (Ceerg) por 1 cruzeiro.⁴¹ Este problema com a AMFORP no Brasil não seria caso único. Certamente, afetando ainda mais as receitas da empresa norte-americana, estaria o caso da expropriação da subsidiária Cubana em 1959. Assim, a empresa no final da segunda metade de década de 1950 enfrentaria problemas em outros países, refletindo numa queda substancial dos lucros das subsidiárias no total da empresa (tabela 4).⁴²

Tabela 4. Participação das Subsidiárias nos lucros da AMFORP em milhões US\$.

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Lucro Líquido Total	14,5	15,3	14,8	14	9,5	9,5	9,4	9,7	10,3

⁴¹ Brizola, Leonel. "A Compra das subsidiárias da American Foreign Power no Brasil (Bond and Share)". Centro de Memória da Eletricidade, 1963.

⁴² As subsidiárias na Argentina (1943-45), Colômbia (1947) e Cuba (1959) também tiveram que negociar com os governos locais ou simplesmente foram expropriadas. Hausman, W., Hertner, P. & Wilkins, M. *op. cit.*, p. 246. Para a trajetória da AMFORP na Argentina, cf.: Lanciotti, Norma. "Foreign Investments in Electric Utilities: A Comparative Analysis of Belgian and American Companies in Argentina, 1890-1960". *Business History Review*, vol. 82, 3, 2008.

Lucro Líquido das Subsidiárias	4,6	3,4	2,2	1,4	0,8	0,7	0,3	0,5	-1,6
Participação das Subsidiárias (%)	31,72	22,22	14,86	10	8,42	7,36	3,19	5,15	-15,5

Fonte: Relatórios Amforp (1955-1963).

Não bastavam os problemas no Rio Grande do Sul, em 1962 emergiam novas contendas contra a AMFORP, agora em Recife. Em Pernambuco, o governo forçaria uma intervenção judicial, com a acusação de que a subsidiária de Recife, ao término do contrato (vencido em julho de 1962), deveria reverter seus bens gratuitamente ao governo pernambucano. Os contratos de concessão de energia geralmente apresentavam artigos de reversibilidade dos bens da companhia concessionária ao final do período de contrato. Entretanto, em Recife “a subsidiária está em disputa judicial com o Estado, defendendo o entendimento de que, de acordo com o mesmo contrato, somente os bens relativos à iluminação pública (ruas e praças) são reversíveis gratuitamente, e não a rede de distribuição aos consumidores”.⁴³

A AMFORP, nessa altura, já sabia que o processo de expropriação, mesmo com possibilidade de ser revertido pelo governo federal brasileiro, não resolveria o contexto de incertezas que definia seu investimento. Diferentemente da LIGHT, que mantinha suas concessões nas duas cidades mais populosas do Brasil, a AMFORP passaria a demonstrar profundo interesse em liquidar seus ativos do setor de serviços públicos. É verdade que, por outro lado, a empresa canadense também não promoveria novos investimentos no intuito de ampliar sua capacidade instalada. Ao que parece, os empresários da LIGHT compreenderam a nova dimensão do setor elétrico: a divisão entre geração, transmissão e distribuição da energia elétrica. Deixavam os custosos investimentos para a geração da eletricidade nas mãos do governo e firmou a atuação da empresa na distribuição da energia nos seus favoráveis mercados consumidores: em

⁴³ A compra das subsidiárias da AMFORP. Análise de um libelo fundado na mentira, na mistificação e na má-fé, s/ autor, junho de 1963, p.3. CPDOC, RC e/ag 61.02.10 I – 14.

1967 a Light gerava cerca de 2/3 de toda sua energia consumida, enquanto em 1976, este valor não alcançava os 22,2%.⁴⁴

A AMFORP, entretanto, parece que sofreu maior dificuldade aos desafios impostos pela Guerra Fria. Em 1962, além da expropriação de sua subsidiária no Rio Grande do Sul e das questões ocorridas em Pernambuco, a empresa já enfrentava outras perdas representativas no exterior, em especial àquela resultante da revolução cubana. Por isso, parece que a estratégia da empresa foi apressar o processo de saída de suas concessões restantes, com o mínimo de perdas possíveis.

Pedindo apoio ao governo norte-americano, a AMFORP alegava que teria sofrido perdas consideráveis, como outrora teria ocorrido em Cuba com expropriações de U\$ 153 milhões, e precisava reduzir o risco com outras concessões. O diretor da AMFORP levava suas solicitações ao governo dizendo que desejava vender as onze concessionárias da AMFORP no Brasil, como fora feito no México. A intenção era manter uma única negociação com o governo brasileiro, intermediado pelo embaixador nos EUA, Roberto Campos e não entre a diretoria da empresa e os poderes locais.⁴⁵ Assim, em memorando de 1961, a AMFORP formalizava a proposta de venda de suas subsidiárias no Brasil ao governo. A solução proposta pelo grupo – compra das subsidiárias pelo governo – apresentava uma básica justificativa: a crescente participação estatal na geração e distribuição de energia. Até a 2ª Guerra, existiam apenas empresas privadas no ramo. Se em 1953, o governo já representava 6% do total da oferta de energia elétrica, em 1960 alcançava os 35% e, levando-se

⁴⁴ A nacionalização das concessões da LIGHT somente ocorreria em 1979, passados quase 15 anos do processo da AMFORP. Este fato reforça que o argumento de que a expropriação da AMFORP no foi guiado somente por um interesse do governo federal. Para a história da LIGHT, cf.: LOBO, Eulália L. & Levy, Maria Bárbara. *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light, 2008, cap.VI.

⁴⁵ Reunião sobre as expropriações americanas no exterior com Mr. Sargent e Balgooyen da AMFORP, Dawson e Mapes, do Escritório de Relações com Brasil, e Willians Rogersm (GO), 27 de fevereiro de 1962, NARA, RG 59, Box 2, Folder ECO 3.6.

em conta os projetos oficiais em andamento, previa-se responder por 51%. Para os empresários, a compra das subsidiárias facilitaria a integração do serviço elétrico nacional, bem como o planejamento do governo na área.⁴⁶

Os condicionantes exigidos pela AMFORP para a expropriação seriam, mais tarde, cobrados pelo governo dos Estados Unidos ao governo brasileiro. A questão que tratava da relação entre a empresa e os governos regionais, num período pós-Revolução Cubana e de perdas crescentes da empresa na América Latina, tornava-se um embaraço diplomático entre Brasil e Estados Unidos. O governo norte-americano aproveitaria sua condição de credor brasileiro para colocar nos debates da expropriação a questão financeira do país: ficavam assim, restritos novos apoios financeiros para futuros acordos de empréstimos com os Estados Unidos.⁴⁷

No início de 1963, definir o acordo da AMFORP era central para definir a questão da política econômica que tomaria o país – num cenário de profunda crise do balanço de pagamentos. Conforme o entendimento do embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Lincoln Gordon, o novo ministro da Fazenda Santiago Dantas planejava realizar uma viagem para Washington para tratar da situação financeira do Brasil. O apoio financeiro externo, ele sabia, era termo essencial para assegurar a manutenção da taxa de inflação e do crescimento econômico. A percepção do embaixador norte-americano era de que, mesmo sendo preciso realizar muita coisa no Brasil, o governo vinha se preocupado em estabilizar a economia com elevação dos impostos, redução dos subsídios de importação, restrição do crédito e um longo programa de cortes orçamentários. Em contrapartida, o governo dos EUA tinha interesse em responder às crises criadas entre os países, resolvendo a questão da expropriação da IT&T no Rio Grande do Sul; pressionar o Brasil a respeitar os termos desejados pela AMFORP na encampação de suas propriedades; e, a remoção da discriminação contra as importações norte-americanas.⁴⁸

⁴⁶ Memorandum of the Empresas Elétricas Group of Public Utility Properties, Draft, 10.02.1961. CPDOC. RC e/ag 61.02.10 I-1, p.19-21.

⁴⁷ JFK Library\NSF, PRP, Box 390 A, Folder Brazil Jan. to June 1963.

⁴⁸ NSF, Box 13A, Folder Brazil General, 1st March to 16th March, 1963, p.2.

Sem acertos para o pagamento da indenização da AMFORP, os norte-americanos começaram a exigir que o encaminhamento da discussão se realizasse fora dos órgãos estatais, e sim por intermédio de uma Comissão Interministerial mais reduzida. Desta forma, seria mais fácil aprovar o pagamento da indenização. Ainda em abril de 1963, o Ministério da Fazenda escreve ao embaixador nos Estados Unidos, Roberto Campos, que há dificuldades de acertar tal questão.⁴⁹ Mesmo assim, em abril de 1963, a Comissão Interministerial formada então pelos Ministros da Fazenda, da Guerra, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia e, finalmente, da Consultoria Geral da União, apresentava relatório das negociações discutidas anteriormente para dar encaminhando a compra. No relatório era apresentado o preço oferecido pelo governo aos bens do grupo norte-americano: segundo o texto, o valor “negociado [e] plenamente justificado”, levando em consideração o custo histórico e a correção monetária, alcançava os US\$ 135 milhões.⁵⁰ A operação valeria a partir de 31 de dezembro de 1962, quando o governo brasileiro teria 180 dias para verificar “se os inventários das propriedades apresentados pelas Companhias arrolam corretamente as propriedades de tais subsidiárias” e enquanto às ações passavam para as mãos da Eletrobrás.⁵¹

Finalmente, passados quase dois anos das primeiras conversações, “A Comissão Interministerial, reunida sábado à tarde no Gabinete do Ministro da Guerra, deliberou por unanimidade aprovar as negociações

⁴⁹ Telegrama do Ministério da Fazenda a Embaixada do Brasil em Washington, 08.04.1963. CPDOC, RC e/ag 61.02.10 II – 7 a 12.

⁵⁰ (a) Pagamento de US\$ 70.604.634 pelas ações da AMFORP e de US\$ 64.395.366 “correspondente ao crédito da mesma junto às suas subsidiárias”; (b) Do valor total de US\$ 135.000.000 (soma dos dois valores anteriores) (isto é, US\$ 135 milhões), serão pagos US\$ 10.000.000 à vista e o saldo de US\$ 125.000.000 pagos em 25 anos, com carência de 3 anos; (c) Do valor restante (US\$ 125 milhões), US\$ 23.750.000 vencerão a taxa de juros de 6% ao ano e US\$ 101.250.000, estes a serem reinvestidos no país, vencerão a juros de 6,5%.

⁵¹ Resolução da Comissão Interministerial encarregada de análise da nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos, 20.04.1963. CPDOC, RC e/ag 61.02.10 II – 7 a 12.

com a AMFORP e autorizar Vossa Excelência (embaixador Roberto Campos) a firmar o memorandum de entendimento”.⁵² A única questão que a comissão exigia era para que o embaixador tentasse obter da empresa um adiamento de trinta dias no pagamento da parcela inicial, prevista para junho de 1963.

Mais uma vez se evidenciava que a Comissão Interministerial parecia querer dar fim aos impasses entre o governo brasileiro e o norte-americano, mesmo que tal decisão pudesse favorecer a empresa norte-americana. Divulgada a determinação da Comissão Interministerial, grupos nacionalistas passariam a se manifestar. Conforme os argumentos de um dos maiores porta-vozes dos nacionalistas, Leonel Brizola: “A afirmativa de que a Comissão Ministerial aprovou o pagamento pelas ações do DOBRO do valor apurado pela CONESP revela má fé e constitui tentativa grosseira de mistificação”.⁵³ Para o governador gaúcho, o cálculo do valor foi construído em torno do patrimônio total (US\$ 188,1 milhões): o valor das ações como das dívidas da empresa junto ao Eximbank e ao BNDE.

Determinado a barrar as negociações entre o governo brasileiro e a AMFORP, no dia 28 de maio de 1963, o governador gaúcho apresentou-se às cadeias de televisão e rádio para denunciar o governo e, especialmente os acordos do Ministro Santiago Dantas em Washington, considerando-os como crime de ‘lesa-pátria’.⁵⁴ Em parte tais denúncias surtiram efeito: “No mês seguinte (...) o presidente João Goulart determinou a suspensão das negociações, nomeando uma comissão de técnicos para fazer o tombamento patrimonial das propriedades da AMFORP”.⁵⁵

⁵² Telegrama do Ministério da Fazenda a Embaixada do Brasil em Washington, 20/22.04.1963. CPDOC, RC e/ag 61.02.10 II – 7 a 12.

⁵³ A compra das subsidiárias da AMFORP. Análise de um libelo fundado na mentira, na mistificação e na má-fé, s/ autor, junho de 1963, p.IV. CPDOC, RC e/ag 61.02.10 I – 14.

⁵⁴ Bandeira, Moniz. *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

⁵⁵ Memória, p.274.

As pressões sofridas por João Goulart, porém, não vinham apenas da esquerda: em meados de 1963 o embaixador norte-americano enviaria uma série de mensagens ao governo dos Estados Unidos, alegando que o presidente do Brasil parecia flertar com a esquerda ou mesmo que sua sustentação política era frágil.⁵⁶ Ademais, ficava claro para os representantes dos Estados Unidos que a aproximação de Brizola com Jango não poderia ser aceita, pois seria prejudicial para os interesses privados norte-americanos.⁵⁷

A verdade era que Goulart acreditava que precisava de mais tempo para conseguir superar as críticas da esquerda e dar cabo às negociações com a AMFORP.⁵⁸ Este era o mesmo argumento que dias mais tarde Santiago Dantas voltaria a reforçar com Lincoln Gordon.⁵⁹ E esse seria o ponto fundamental defendido por Goulart em conversação com Kennedy na cidade de Roma e de Dantas com Gordon no Rio de Janeiro. Sabiam da necessidade do apoio americano para resolver o impasse financeiro e, por isso mesmo, não negariam o acordo de indenização das propriedades da AMFORP. Ainda era preciso convencer Mr. Sargent, presidente de

⁵⁶ Mensagens de Lincoln Gordon de 19 e 21 de Agosto de 1963. NSF, Box 14, Folder Brazil General Aug. 1963

⁵⁷ Mensagem de De Kaysen to Klein, 1 de Julho de 1963. NSF, Box 14, Folder Brazil General July 1963.

⁵⁸ Em reunião com Kennedy na Europa, Goulart justificava o adiamento por questão das pressões internas – era preciso de um pouco mais de tempo para melhor o contexto político. Kennedy responderia que não mais dependia somente dele, pois com Hickenlooper Amendment, o Congresso não mais permitia a realização de empréstimos para países que tinha expropriado companhias americanas. Conversa entre João Goulart e John Kennedy, em viagem os presidentes à Europa (Roma). July 1, 1963, NSF, Box 14, Folder Brazil General July 1963, p.2.

⁵⁹ Conversações entre Dias Leite, Moreira, Krop e Santiago Dantas com Lincoln Gordon, 2 de junho de 1963. JFK Library\NSF, Box 14, Folder Brazil General June 1963.

AMFORP, sobre o atraso da negociação e dos pagamentos. Membros da diretoria da empresa apontavam para a fragilidade do governo na definição do acordo.⁶⁰ No dia 10 de julho, em reunião realizada entre Santiago Dantas e Sargent, ficava definido que o pagamento teria início no dia 1º de Julho, com a parcela de 10 milhões e 770 mil dólares e assinatura do memorando de entendimento. Posteriormente seria realizado o inventário das propriedades da AMFORP e assinatura do contrato final.⁶¹ Mas o acordo não perduraria por muito tempo. Em 29 de junho de 1963, o Ministro da Fazenda Carvalho Pinto se encontraria com representantes da AMFORP, noticiando a impossibilidade de realização do pagamento por parte do governo brasileiro. Mr. Sargent, preocupado com o adiamento, entrou em contato com Gordon, acreditando que as decisões do governo estavam cedendo aos ataques de Brizola.⁶²

É claro que, diante tão frágil situação financeira, o governo tinha pouca margem de manobra para manter decisões soberanas. Novamente Goulart precisava de apoio dos Estados Unidos para conseguir rolar suas dívidas, agora em meados de 1963: pagamento de empréstimo de curto prazo de 25 milhões de dólares para 26 de Julho e outro de 12 milhões para o final do ano. Goulart queria conseguir rolar essas dívidas para 1964.⁶³ Mas não espera o presidente que o contexto dos primeiros meses de 64 seria bastante conturbados: trabalhadores e empresários, nacionalistas e interesses estrangeiros, interesses que se radicalizaram. João Goulart

⁶⁰ Telegrama de Kaysen para Casa Branca, 2 Junho de 1963. JFK Library\NSF, Box 14, Folder Brazil General June 1963.

⁶¹ Conversações de Dantas e Sargent, 10 de junho. JFK Library\NSF, Box 14, Folder Brazil General June 1963.

⁶² Telegrama do departamento de Estado, Embaixada do Rio de Janeiro, 29 de julho de 1963. JFK Library\NSF, Box 14, Folder Brazil General June 1963, p.1/2.

⁶³ Conversa entre João Goulart e John Kennedy, em viagem os presidentes à Europa (Roma). July 1, 1963, NSF, Box 14, Folder Brazil General July 1963, p.1.

escolheu defender os interesses das classes trabalhadores – colocando em pauta as reformas de base – e a resposta foi o golpe militar.

5. O Golpe Militar e o restabelecimento das relações com os EUA

Com o golpe militar de abril de 1964, o novo governo formado pela junta militar rapidamente buscou firmar sua legitimidade com apoio do governo dos Estados Unidos. No que diz respeito aos acordos de indenização da AMFORP, a queda de Jango abria caminho para a formação de uma nova comissão interministerial, com os novos ministros da Fazenda, Planejamento, Relações Exteriores e diretor da Eletrobrás.

Desta vez, por outro lado, o relatório para o contrato de compra e venda da AMFORP seria apresentado pela Scandinavian Engineering Corporation.⁶⁴ O contrato com a empresa, que ficaria responsável de fazer o tombamento, foi firmado em 12 de novembro de 1964. O valor calculado pela empresa para o ativo líquido imobilizado aplicável aos Créditos e Ações das subsidiárias da AMFORP alcançava os US\$ 151,4 milhões de dólares. “Este valor é superior ao preço de compra de 135 milhões de dólares americanos, assim confirmado para todos os efeitos”.⁶⁵ O valor total obtido pela agência sueca dos ativos imobilizados das subsidiárias da AMFORP (sem levar em consideração as dívidas, portanto, mas já incluso a depreciação) foi de US\$ 218,4 milhões de dólares (o que assemelhava a primeira proposta feita pela AMFORP). Retirando-se os débitos da

⁶⁴ Relatório sobre as verificações e determinações especificadas na cláusula décima oitava do contrato de compra e venda entre Eletrobrás, AMFORP e BEPCO, 12 de novembro de 1964. Centro de Memória da Eletricidade, Sweden: Scandinavian Engineering Corporation, 1965.

⁶⁵ Relatório sobre as verificações e determinações especificadas na cláusula décima oitava do contrato de compra e venda entre ELETROBRÁS, AMFORP e BEPCO (*Brazilian Electric Power Company*), 22.06.1965, p.1. CPDOC, RC e/ag 61.02.10.

companhia no país, chegava-se ao valor de um pouco mais de 150 milhões de dólares.⁶⁶

O pagamento, finalmente, ficava determinado nos seguintes termos: 135 milhões de dólares pelos bens da empresa, além do pagamento de 10 milhões de dólares como compensação do atraso e 7,7 milhões de dólares aos juros e dividendos. A Lei nº 4428 de 1964 determinou, então, a compra e contrato de transferência de ações para a Eletrobrás firmado em novembro, com assinatura do Presidente da Eletrobrás Octávio Marcondes Ferraz e pelo chanceler Juraci Magalhães. O pagamento se daria sob a forma de empréstimo a ser pago em 45 anos com juros de 6,5% anuais.⁶⁷

Tal rapidez nos acordos, nas palavras de Moniz Bandeira, demonstrava que: “Efetivamente, Castelo Branco (Presidente do governo militar, 1964-67) praticou, em suas políticas, tanto interna quanto externa, todos os atos que os Estados Unidos reclamavam. Menos de um mês após sua ascensão à Presidência da República, ele rompeu as relações diplomáticas com Cuba. Impôs ao Congresso, humilhado e acovardado pelas cassações de mandatos, a reformulação da lei de remessas de lucros. Pagou pelos acervos da AMFORP e da ITT o preço que os norte-americanos pretendiam, apesar da violenta oposição de Lacerda. (...) E, além de vários ajustes militares e um Acordo Aerofotogramétrico, firmou com os Estados Unidos o Acordo sobre Seguros de Investimentos Privados, pelo qual as companhias estrangeiras, no Brasil, adquiriam direitos especiais. A contenção dos salários em níveis inferiores aos índices de elevação do custo de vida, a restrição do crédito bancário, enquanto as empresas estrangeiras, através da Instrução 289, da Sumoc, ganhavam um regime de privilégios para tomar empréstimos no exterior...”⁶⁸

⁶⁶ Relatório sobre as verificações e determinações especificadas na cláusula décima oitava do contrato de compra e venda entre ELETROBRÁS, AMFORP e BEPCO (*Brazilian Electric Power Company*), 22.06.1965, p.37. CPDOC, RC e/ag 61.02.10.

⁶⁷ Verificar: Mensagem n.10 de 8 de setembro de 1964. Congresso Nacional, Imprensa Nacional: Projeto de Lei n.5, 1964. Centro de Memória da Eletricidade.

⁶⁸ Bandeira, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*, p. 91. Anuario - Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo / 141

Com o governo militar a economia brasileira passava a depender cada vez mais dos recursos e das multinacionais estrangeiras. Contraditoriamente, no setor elétrico, com a venda dos bens da AMFORP para a Eletrobrás consolidada em 1965,⁶⁹ o Estado tornava-se o principal gerador de eletricidade no Brasil. Assumindo a geração de eletricidade de que a empresa norte-americana era responsável, dava-se um salto expressivo na função do estado no setor elétrico. Era a materialização do projeto de ampliação da participação do estado no setor elétrico (Tabela 5).⁷⁰

Tabela 5. Evolução da capacidade instalada (MW), 1952-1965

Anos	Público		Privado		Auto-produtor		Total	
	Potência	Part. %	Potência	Part. %	Potência	Part. %	Potência	Part. %
1952	135,6	6,8	1.635,5	82,4	213,7	10,8	1.984,8	100
1956	657,1	18,5	2.551,9	71,9	341,0	9,6	3.550,0	100
1962	1.791,9	31,3	3.161,4	55,2	775,5	13,5	5.728,2	100
1965	4.048,0	54,6	2.486,2	33,6	876,8	11,8	7.411,0	100

Fonte: Lima, 1984, p.109.

A AMFORP, mesmo saindo do país, terminava sua disputa vitoriosa. Num contexto de domesticação do setor elétrico, sua negociação com o governo golpista brasileiro permitiria que a empresa liquidasse seus negócios com uma volumosa indenização. A General Electric, por outro lado, aproveitava o período de consolidação da indústria de base no Brasil para abrir sua primeira planta industrial. Os nacionalistas comemorariam a expansão do papel do estado no setor elétrico, entretanto, conforme foi observado para a transição da década de 1950 para 1960, são os interesses

⁶⁹ Contrato de compra e venda entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, como compradora e American & Foreign Power Company INC. e Brazilian Electric Power Company, como vendedoras. Centro de Memória da Eletricidade, REL. 003572, Washington, 1964.

⁷⁰ Lima, 1984, p.82.

da AMFOPR de deixar o país que teriam guiado as negociações. É a metamorfose do capital estrangeiro que define o processo histórico, o interesse de sua reprodução. Ademais, mais do que uma negociação encabeçada pela elite financeira da AMFORP com os representantes do setor elétrico no país, o governo Brasil teria que lidar com a pressão política e diplomática para encaminhar seu projeto de expansão do setor elétrico.

6. Considerações Finais

O artigo buscou percorrer a trajetória da AMFORP, empresa norte-americana de serviços elétricos, no mercado brasileiro. Evidenciou-se que a estratégia da empresa, formada nos anos de 1920 para atuar como subsidiária de Bond & Share em diferentes países e, especialmente na América Latina, em muitos momentos respondeu aos desígnios de um projeto expansionista do governo dos Estados Unidos.

De maneira geral, a atuação da AMFORP seguiu dois momentos distintos dessa política externa norte-americana: ainda na década de 1920, essa estratégia ficou circunscrita ao ímpeto “imperialista”, representado pela diplomacia do dólar, quando os Estados Unidos estenderam seus negócios para uma área de influência em expansão. A AMFORP ilustra essa preocupação norte-americana, não somente por fazer parte de um setor estratégico de investimento (um setor cuja tecnologia era dominada basicamente pelos Estados Unidos e Alemanha) e pela expressiva ampliação dos investimentos diretos estrangeiros do país. Entretanto, essa estratégia sofreria uma ruptura decisiva a partir de 1929: a política externa norte-americana ao longo da década de 1930 perdeu espaço para um esforço concentrado na recuperação da economia. Novamente a história da AMFORP é ilustrativa: seus investimentos arrefeceram ao longo da Grande Depressão e, para piorar, a empresa passaria a enfrentar problemas para sustentar suas receitas por conta da desvalorização das moedas da América Latina.

Passados os anos de Depressão e com a recuperação econômica internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, nitidamente a política externa norte-americana transforma-se e, com ela, o sentido de uma

empresa de serviços como a AMFORP. A política não era mais apenas de manter o investimento em áreas de influência – nos anos subseqüentes ao conflito internacional a preocupação do governo norte-americano era de garantir a recuperação econômica europeia e japonesa –, de forma a garantir o distanciamento ao temor do comunismo.

No caso brasileiro a materialização desta nova política se evidencia ao longo dos anos 1950, em particular nos anos finais da década: a verdade é que os governos brasileiros não demonstravam uma perspectiva de ruptura com o capital estrangeiro, pelo contrário, com JK (1956-1961), este passou a deter papel decisivo no projeto de desenvolvimento. O que teria mudado então para que a AMFORP saísse do mercado brasileiro na passagem para a década de 1960? Como foi proposto, o significado é menos pela intervenção do governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, mas mais decisivo é o cenário internacional desfavorável para a empresa: suas concessões vinham perdendo rentabilidade ou simplesmente sendo expropriadas. É perceptível que o governo João Goulart (1961-64) já não garantiria mais a segurança desejada pela empresa; a memória da expropriação Cubana em 1959 remoia as memórias dos empresários norte-americanos. Ademais, o ciclo de grande rentabilidade do negócio elétrico parecia ter chegado ao seu limite. Neste sentido, o debate para a expropriação da AMFORP no Brasil, mais uma vez é carregado de intenções diplomáticas e negociações triangulares entre seus empresários com governos brasileiro e norte-americano.

Anexo 1
Participação do Brasil nos negócios da AMFORP (1955-63)

	População	Clientes	Capacidade Instalada	Geração de Energia
1955/Total BR	7.395.900	743.487	314.465	1.951.840
Total/Subsidiárias	20.574.000	2.641.413	1.222.832	7.188.666
Participação BR (%)	35,95	28,15	25,72	27,15

1956/Total BR	7.444.600	792.201	367.215	2.218.681
Total/Subsidiárias	21.164.000	2.771.165	1.316.130	7.891.908
Participação BR (%)	35,18	28,59	27,90	28,11
1957/Total BR	7.525.600	837.314	423.190	2.540.936
Total/Subsidiárias	21.651.000	2.894.075	1.438.626	8.688.253
Participação BR (%)	34,76	28,93	29,42	29,25
1958/Total BR	7.469.500	912.143	424.318	2.853.418
Total/Subsidiárias	20.052.000	2.769.561	1.516.050	8.964.961
Participação BR (%)	37,25	32,93	27,99	31,83
1959/Total BR	7.464.800	841.929	399.924	2.776.360
Total/Subsidiárias	20.623.000	2.832.849	1.626.236	9.392.883
Participação BR (%)	36,20	29,72	24,59	29,56
1960/Total BR	7.778.000	896.387	501.924	2.941.759
Total/Subsidiárias	14.615.000	1.721.774	927.476	5.983.742
Participação BR (%)	53,22	52,06	54,12	49,16
1961/Total BR	7.851.000	949.944	528.266	3.169.320
Total/Subsidiárias	13.859.000	1.727.859	881.949	6.008.236
Participação BR (%)	56,65	54,98	59,90	52,75
1962/Total BR	-	-	-	-
Total/Subsidiárias	6.264.000	815.484	463.683	3.023.633
Participação BR (%)	-	-	-	-
1963/Total BR	-	-	-	-
Total/Subsidiárias	5.296.000	722.439	436.208	2.778.077
Participação BR (%)	-	-	-	-

Fonte: Relatórios Amforp (1955-1963).

Referências bibliográficas

- Abreu, Marcelo de Paiva et alli, "Import Substitution and Growth in Brazil, 1870-1970", *Workshop on Import-Substituting Industrialization in Latin America*. Oxford, mimeo, 1996.
- AMFORP. *The Foreign Power system. A review of foreign power's role in the development of Modern Utility services lands*. New York: AMFORP, 1953.
- Armstrong, Christopher and Nelles, Henry V, *Southern Exposure: Canadian Promoters in Latin America and the Caribbean, 1890-1930*. Toronto: University of Toronto, 1988.
- Bandeira, Moniz, *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- Bastos, Pedro Paulo, "Da Diplomacia do Dólar à Boa Vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933)". *ANPEC*, 2011.
- Bastos, Pedro Paulo, "Sobre o nacionalismo do segundo governo Vargas: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica". *XI Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória, 2006.
- Maranhao, Ricardo F. de A. *Capital estrangeiro e estado na eletrificação brasileira: A Light, 1945-1957*. (Tese de Doutorado)- USP/FFLCH, São Paulo, 1993.
- BNDE. Programa de Reparcelamento Econômico. Relatório setorial 14, 1963.
- Branco, Catullo, *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- Brizola, Leonel, "A Compra das subsidiárias da American Foreign Power no Brasil (Bond and Share)". Centro de Memória da Eletricidade, 1963.
- Broder, Albert, "Os bancos e o desenvolvimento da indústria de energia elétrica". *Anais do 1.º Seminário Nacional de História e Energia*. Vol. 2. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986.

- Cachapuz, Paulo Brandi de Barro, *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.
- Corrêa, Maria Letícia, *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. Niterói: Tese de Doutorado – UFF, 2003.
- Feis, Herbert, *The diplomacy of the dollar: 1919-1932*. New York: W. W. Norton, 1966.
- Ferreira, Ângela; da Silva, Alexandro; Simonini, Yuri, “Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939)”. *Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia, Janeiro de 2012.
- Frieden, Jeffry, “Sectoral conflict and US foreign economic policy, 1914-1940”. LAKE et alli. *The State and American foreign economic policy*. London: Cornell University Press, 1988.
- Hausman, William J, Hertner, Peter & Wilkins, Mira, *Global electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of Light and Power, 1878-2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Hausman, William & Neufeld, John, “The rise and fall of the American & Foreign Power Company: a lesson form the past?” *The electricity journal*. V.10, Nº1, 1997.
- Lanciotti, Norma, "Foreign Investments in Electric Utilities: A Comparative Analysis of Belgian and American Companies in Argentina, 1890-1960". *Business History Review*, vol. 82, 3, 2008.
- Lessa, Carlos, *15 anos de Política Econômica*. São Paulo. Brasiliense. 1981.
- Lima, José Luiz, *Estado e energia elétrica no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1984, Branco, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- Lima, José Luiz, *Política de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

- Lobo, Eulália L., & Levy, Maria Bárbara, *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light, 2008.
- Lorenzo, Helena, *Eletrificação, urbanização e crescimento no estado de São Paulo, 1880-1940*. Rio Claro: UNESP – Tese de Doutorado, 1994.
- Martin, Jean-Marie, *Processus d'Industrialisation et développement énergétique du Brésil*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1966.
- Memória da eletricidade. *Panorama do setor elétrico de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.
- Nearing, Scott. & Freeman, Joseph, *Dollar diplomacy*. New York: Monthly Review, 1966.
- Orenstein, Luiz e Sochaczewski, Antônio Cláudio, “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”. In: Abreu, Marcelo de Paiva. (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus. 1989.
- Pletcher, David, *The Diplomacy of Trade and Investment: American Economic Expansion in the Hemisphere, 1865-1900*. Columbia: University of Missouri Press, 1998.
- Rosenberg, Emily S., *Financial missionaries to the world: the politics and culture of dollar diplomacy, 1900-1930*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- Saes, Alexandre, *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.
- Silva, Marcelo Squinca da, *Energia Elétrica. Estatização e desenvolvimento, 1956-1967*. São Paulo: Alameda, 2011.
- Suzigan, Wilson, *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Szmrecsányi, Tamás, “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil – 1899-1939”. *Revista de Economia Política*, v. 6, n.1, jan-abr 1986.
- Tavares, Maria Conceição, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- Veeser, Cyrus, “Inventing Dollar Diplomacy: The gilded-age origins of the Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine”. *Diplomatic History*, v. 27(3), jun. 2003.

